



Documento de Área

Antropologia/Arqueologia

Coordenador da Área: Russell Parry Scott
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Jorge Eremites de Oliveira
Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais: Neusa Maria Mendes de Gusmão

Sumário

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área.....	2
II. Considerações gerais sobre a Avaliação Quadrienal 2017.....	9
III. Fichas de Avaliação para o Quadriênio 2013-2016.....	11
IV. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional.....	21

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

No início da década de 2000, a área de Antropologia e Arqueologia contava com 10 programas de pós-graduação: seis programas com Mestrado e Doutorado e quatro programas com Mestrado. No triênio de 2007 a 2009 passou a contar com 20 programas acadêmicos, sendo doze com Mestrado e Doutorado e oito com Mestrado, ou seja, um total de 32 cursos. O único Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural deixou de existir no triênio 2007-2009. No triênio de 2010 a 2012, a expansão da Área chegou a 41 cursos, em 25 programas: dezesseis com Mestrado e Doutorado e nove com Mestrado, apontando a tendência de aumento maior de programas que englobam os dois níveis de cursos. No quadriênio 2013-2016 esta expansão chegou a 49 cursos em 29 programas distribuídos conforme o **Quadro 1**.

Quadro 1: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação e Cursos em Antropologia e Arqueologia 2016

20 Programas com Mestrado e Doutorado 9 Programas com Mestrado
5 Programas em Arqueologia; 2 Programas em Antropologia: - 21 Antropologia Social; - 2 Antropologia e Arqueologia - 1 Antropologia, Arqueologia, Bioantropologia e Linguística
49 cursos: 21 Mestrados e 14 Doutorados (Antropologia) 3 Mestrados e 3 Doutorados (Antropologia e Arqueologia) 5 Mestrados e 3 Doutorados (Arqueologia) Expansão no período 2013-2016: Norte: 1 (Mestrado) Nordeste: 2 (Doutorado e Mestrado) Centro-Oeste: 2 (Doutorado e Mestrado) Sul: 1 (doutorado) Pós-graduações Interinstitucionais Minter/Dinter no período 2013-2016 Sudeste - Sudeste: Minter (UFRJ-UFV) Nordeste-Norte: Dinter (UFPE-UFRR)

Na **Tabela 1**, abaixo, é apresentado o crescimento dos Programas da Pós-Graduação na Área de Antropologia e Arqueologia, comparando-se a situação em 2000 com os triênios subsequentes até o terceiro ano da Avaliação Quadrienal 2017. Nos dados do último quadriênio incluem-se os programas que iniciaram em 2013 e programas novos que obtiveram aprovação entre 2013 e 2016. Mostram uma expansão recente mais acentuada em programas que combinam mestrado e doutorado (UFG/Goiás, UFRN/Rio Grande do Norte, UFPel/Rio Grande do Sul) de que em programas de mestrado (UFRR/Roraima, UFAL/Alagoas, UFMT/Mato Grosso) e uma regionalização em maior processo de equilíbrio entre regiões, refletindo uma política de descentralização. A abertura de novos cursos é ligeiramente mais lenta nos últimos dois períodos.

Tabela 1 - Crescimento dos Programas da Pós-Graduação na Área: 2000 a 2016

ÁREA	ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA			
	MODALIDADES			
ANOS	MESTRADO	MESTRADO O E DOUTORADO	TOTAL	CRESCIMENTO
Até 2000	4	6	10	
2001/2003	2	9	11	10,0%
2004/2006	4	10	14	27,8%
2007/2009*	8	12	20	42,30%
2010/2012*	9	16	25	25,0%
2013/2016**	9	20	29	16,0%

* Na Avaliação Trienal 2010 foi incluído o Mestrado Profissional da PUC-Goiás que deixou de existir;

** não inclui propostas de novos cursos a examinar no segundo semestre de 2016

A distribuição regional de cursos se apresenta nas figuras 1 e 2:

Figura 1: Distribuição Regional de mestrados e doutorados com mestrados em Antropologia e Arqueologia

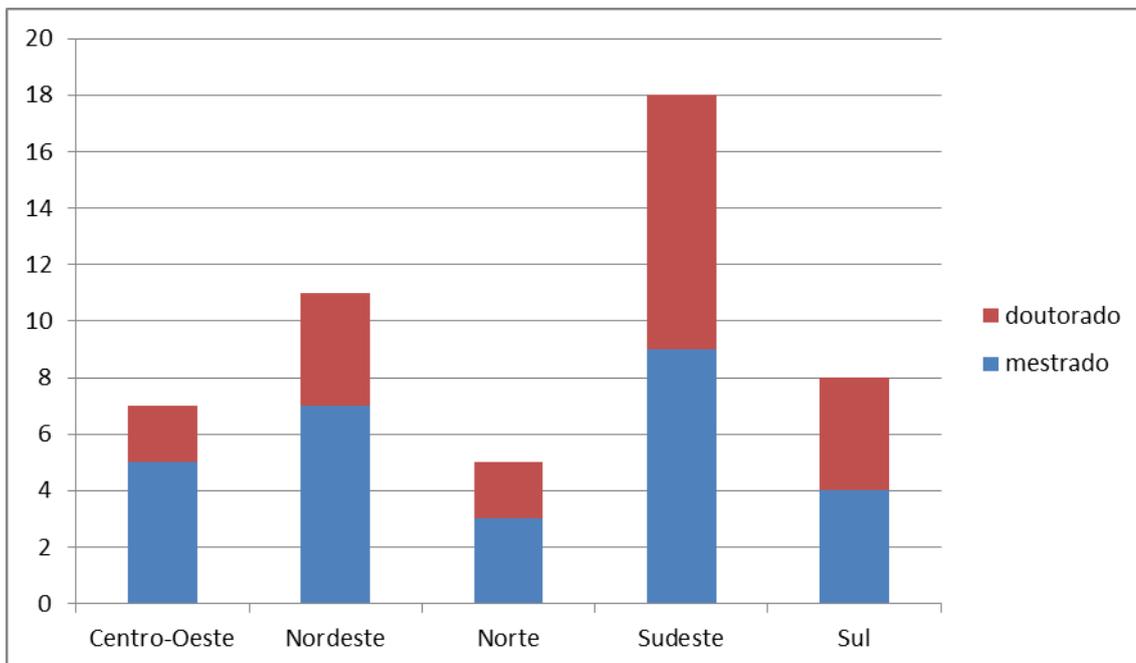
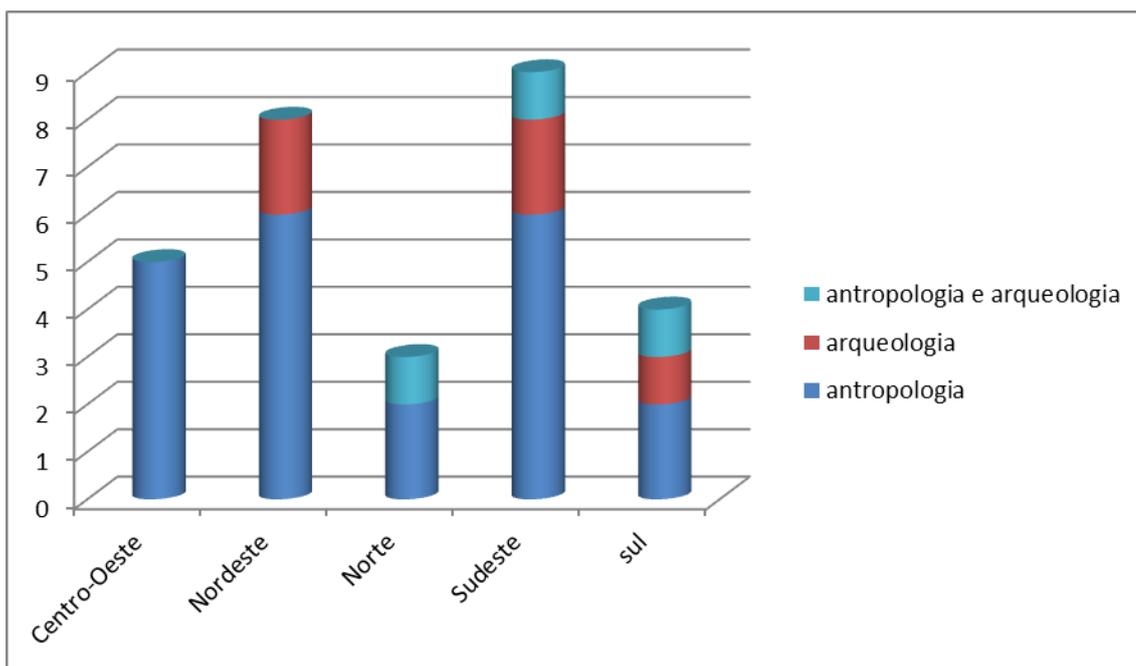


Figura 2: Distribuição Regional de Programas de Antropologia e Arqueologia



A Área é constituída por dois campos de saberes distintos, mas que guardam conexões interdisciplinares: Antropologia e Arqueologia. A sua expansão acompanha a política científica do país de descentralização da produção acadêmica e abertura de novos programas nas regiões Norte e Nordeste, bem como ampliação e diversificação em todas as regiões. A demanda da sociedade cresce por profissionais formados em Antropologia e Arqueologia para o ensino, a pesquisa e a atuação nos âmbitos governamental e não-governamental. As políticas sociais voltadas para as sociedades indígenas, remanescentes de quilombos e “minorias” representam crescente mercado de trabalho para antropólogos. O resgate da cultura material em sítios arqueológicos se intensificou nos últimos anos, atingidos por obras públicas e de empresas privadas, como estradas e barragens, tendo criado um recente e extenso mercado de trabalho para arqueólogos no país que vem aumentando a demanda por qualificação em cursos de pós-graduação (PG). Também as políticas de patrimonialização exigem profissionais das áreas de arqueologia e antropologia. Além dos cursos específicos de Antropologia e de Arqueologia, predominantes numericamente, há novos formatos de cursos emergindo como programas de antropologia que incluem concentração em arqueologia, e que englobam Antropologia Social, Arqueologia, Bioantropologia e Linguística e que demonstram uma abertura para um perfil interdisciplinar. Cumpre ressaltar que programas que combinam Antropologia e Arqueologia podem se denominar como Antropologia no seu sentido lato e amplo, indicando assim que docentes arqueólogos estão ali presentes e que esta articulação é uma nova tendência no Brasil, embora estivesse presente na tradição norte-americana. Historicamente, as trajetórias da Antropologia e da Arqueologia no Brasil, na pós-graduação, apresentam temporalidades e inserções acadêmicas diferenciadas. A pós-graduação em Arqueologia no Brasil esteve marcadamente vinculada à História, alcançando sua autonomia acadêmica recentemente e, portanto se encontrando em crescimento significativo em temporalidade posterior à da Antropologia Social. A tendência à autonomização da Antropologia, em relação às Ciências Sociais e da Arqueologia em relação à História se expressa também na tendência recente de criação de cursos de Arqueologia e Antropologia em nível de graduação, mas não impede a continuação da valorização da interdisciplinaridade, à qual a própria abrangência da área abarca regularmente na sua prática. .

O crescimento da produção de artigos em periódicos e de livros é contínuo e cada vez com mais qualidade, não só pelos docentes como pelos discentes. A sua

produção bibliográfica guarda o valor de contribuir e se voltar, com qualidade acadêmica e originalidade, para a diversidade cultural interna brasileira e para as suas problemáticas sociais que oferecem grandes desafios para o conhecimento e inovação de políticas públicas. Esta é uma tendência que continua intensa e que estimula a originalidade da produção no país. Ao lado desta tendência, afirma-se o avanço dos estudos da diversidade cultural e das problemáticas sociais presentes nas mais diferentes nações e culturas, como nos países africanos, latino-americanos e asiáticos, além do desafio do estudo e pesquisa nos países centrais na América e Europa. A Antropologia brasileira tem ainda ocupado importante papel na formação de novos antropólogos na América Latina e nos países de língua portuguesa da África. A circulação do conhecimento cada vez mais tem acolhido a exibição de produtos audiovisuais de antropólogos e arqueólogos. Mundialmente, tem sido expandida a produção de pesquisa cujos resultados e metodologias se centram na linguagem audiovisual, sejam ensaios fotográficos, sejam filmes ou vídeos. Toda uma produção intelectual internacional e nacional criou e consolidou metodologias para a produção audiovisual com recorte conceitual e analítico, presentes em qualquer forma de pesquisa antropológica, etnográfica e arqueológica.

Consideradas as trajetórias da Arqueologia e da Antropologia no Brasil de se consolidarem constituindo campos intelectuais próprios, a partir de campos de conhecimento interdisciplinar, podem ser tiradas três conclusões: 1) Tanto a Antropologia quanto a Arqueologia são, elas mesmas, constituídas de saberes interdisciplinares: uma nascida das Ciências Sociais e outra nascida no campo da História e , assim, carregam visões e temáticas já interdisciplinares; 2) Tanto uma como outra buscam e realizam também o diálogo com conhecimentos como a história, a filosofia, a ciência política, a economia, a saúde, a sociologia, a linguística, a geologia, a zoologia, a química, a arquitetura, as ciências do meio-ambiente e estão abertas para a interdisciplinaridade em seus programas com as mais diferentes áreas; 3) Tanto a Antropologia quanto a Arqueologia tendem a cada vez mais exercitar a interdisciplinaridade entre os seus saberes recíprocos e a aproximar-se à busca da conexão entre os chamados quatro campos: a Antropologia Social (que no Brasil tende a englobar a Antropologia Cultural), a Arqueologia, a linguística e a Antropologia Biológica. Reconhecendo o crescimento da área interdisciplinar nas ciências a antropologia tem refletido positivamente sobre a ampliação de cursos e programas que são mais abertamente interdisciplinares, contanto que preservem como um dos seus focos, a antropologia ou arqueologia.

A inserção do conhecimento antropológico no ensino fundamental e médio se faz de diferentes formas: 1) através dos diferentes efeitos da inserção social da grande parte das pesquisas antropológicas e atividades de extensão que se fazem em comunidades indígenas, rurais, urbanas, religiosas, afro-brasileiras, pesquisas que são conectadas a projetos sociais, às políticas públicas e intimamente articuladas com membros comunitários e lideranças educacionais com repercussão em estudantes e docentes; 2) através da integração de estudantes do ensino médio e do ensino fundamental em atividades de extensão e de pesquisa; 3) através da docência e ministério de cursos de aperfeiçoamento ou de extensão dirigidas a docentes do ensino médio e fundamental; 4) através da oferta das disciplinas de Antropologia nos cursos de licenciatura em ciências sociais para graduandos, futuros professores do ensino médio; 5) através da oferta de cursos de extensão, especialização e reciclagem para docentes do ensino médio e fundamental ; 6) na produção de livros-textos para ensino médio e fundamental; 7) na produção de livros-textos-cartilhas-vídeos para o ensino sobre diversidade sexual , racial e de gênero nas escolas de ensino médio e fundamental; 8) na participação junto a comunidade indígena e quilombola, na produção de livros-textos para escolas indígenas e escolas quilombolas; 9) na oferta de cursos para professores indígenas e quilombolas; 10) através da formação de profissionais, quer sejam de organizações da sociedade civil, da administração pública, de empresas ou de centros de pesquisa pois sua formação faz efeito tanto nas políticas públicas, como incidem sempre no ambiente educacional. Esta multiplicidade de articulações ainda se repetiria no caso de haver disciplinas específicas no ensino médio identificadas como arqueologia ou antropologia. Para tornarem-se visíveis como campos de saberes distintos, eles se aliam a o que é reconhecido como “história” e “sociologia” e a habilitação formal de ensino no nível médio nessas áreas nasce da relação com as outras áreas, constituindo esferas de busca de maior reconhecimento dentro do ensino médio e básico.

A manutenção de uma tendência dos últimos anos a uma maior vinculação entre a Antropologia e a Arqueologia é um processo que ainda se firmou apesar da divisão de dois programas que operavam nas duas áreas em programas separados, um de antropologia e outro de arqueologia. Volta-se, em muitos Programas para a busca da articulação entre estes dois campos, mas de uma forma ampla, complexa e interdisciplinar. Busca-se agora articular, o que, na tradição norte-americana, se entendia como “os quatro campos” da Antropologia: a Antropologia Cultural, a Bioantropologia ou Antropologia Biológica, a Linguística e a Arqueologia – saberes

conexos que devem ter suas interfaces. Estas são as principais tendências (arqueologia e antropologia funcionando juntos, ou mesmo a articulação de quatro campos) que abrem perspectivas positivas da Área quanto à interdisciplinaridade que, mesmo sem apontar para estes campos, costuma dialogar intensamente com outras disciplinas.

Quanto ao domínio específico da Arqueologia, há tendências divergentes, uma de maior aproximação com a Antropologia Social e Cultural e com a História, e outra de maior aproximação com ciências exatas, como Química, Geologia e Zoologia, entre outras. As duas tendências são igualmente louváveis, necessárias e aceitas para a consolidação da Arqueologia e conformação de programas de Arqueologia.

A formação profissional da Arqueologia vem se realizando num triplo caminho: nos programas de Arqueologia (vinculando-se ou às disciplinas de ciências exatas ou às disciplinas de Antropologia e ciências sociais), nos programas que articulam Antropologia e Arqueologia e nos programas de História, onde é interdisciplinar.

Quanto ao domínio específico da Antropologia, é um saber que se reconhece como um saber das ciências sociais. Seu ensino na graduação somente se fazia no interior dos cursos de ciências sociais, como uma de suas disciplinas. Buscou sua autonomia na pós-graduação. A formação profissional pós-graduada em Antropologia continua sendo realizada, não somente em Cursos de Antropologia, mas também em cursos de Ciências Sociais, onde aí a Antropologia exerce com sucesso a interdisciplinaridade com a Sociologia e a Ciência Política, havendo diferenças reconhecidas de curso em curso enquanto ao foco disciplinar e tipos de articulações, ora o curso tendo um papel mais restrito, ora mais amplo de antropologia.

A interdisciplinaridade da Antropologia se expressa também no impacto que as análises antropológicas têm sobre os mais variados aspectos da vida social e política, estabelecendo fortes interfaces com uma multiplicidade de outras áreas. Em reconhecimento à importância desta abertura, a proposta atual da área é de abrigar propostas de programas e cursos cujos aspectos são mais plenamente interdisciplinares e de variadas formações, contanto que não se perde o eixo básico de conhecimento em antropologia ou arqueologia.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

Na Avaliação Quadrienal 2017 é a primeira vez que a avaliação é definida como quadrienal, fazendo parte de uma mudança geral da política temporal de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior CAPES. Esta mudança temporal se coadunou com primeiro, a reafirmação da valorização do processo de avaliação como tendo um contributo fundamental para a qualidade da pós-graduação, e segundo, continuidades e descontinuidades de formas e concepções de avaliar sem alterar os embasamentos gerais do processo, e, ainda mais importante, a implantação de uma nova base de informações unificadas na plataforma sucupira. Enormes esforços da equipe técnica e do conjunto de coordenações da área foram dispendidos na adequação desta nova base que teve como resultado para o quadriênio o envolvimento num processo de reflexão e amplo diálogo entre áreas sobre os significados e conteúdo dos critérios arrolados para classificar e avaliar os cursos, e uma consequente cautela em não se precipitar em realizar outras grandes modificações nos procedimentos costumeiramente empregados. Muito tempo foi dedicado a melhorar constantemente uma base crescente de informações processáveis numa única plataforma. Trabalhando num quadriênio de redução de recursos, a prudência exigiu que não se executasse transformações súbitas nos critérios. A restrição a um seminário de acompanhamento representativo de todos os programas no meio do quadriênio, por mais que se recorresse a outras alternativas de meios de comunicação com todos, foi outro fator que informou a necessidade de não mudar substantivamente os procedimentos diante de tão reduzida oportunidade de participação efetiva das coordenações dos programas. As consequências da transição de múltiplas bases de informação para a mais unificada base da plataforma sucupira precisaram ser estudadas e anotadas, então neste quadriênio foram pequenas modificações nos instrumentos, medidas e indicadores usadas, e muita atenção à possibilidade de haver maiores modificações a partir do início do novo quadriênio (Avaliação-2021) embasadas na análise de recomendações feitas durante este período de transição.

Neste ambiente, manteve-se uma marcada ênfase em análises qualitativas com base nos relatos e informações providenciados pelas coordenações dos programas ao longo dos quatro anos. A comissão de avaliação quadrienal terá essa fonte, com as complementações numéricas não exclusivamente determinantes, para poder qualificar a maior parte dos itens avaliados na ficha

de avaliação. Na parte de produção intelectual, que representa uma boa proporção do peso da avaliação, faz uso de três instrumentos que, após qualificar tipos diferentes de produções (em periódicos, em livros, e em produtos áudio-visuais), servem para transformar em números para indicar diferenças e semelhanças entre programas. A qualificação de periódicos obedeceu às delimitações percentis estabelecidas para todas as áreas, e, após uma longa discussão com todas as áreas, adotou um procedimento que 1) preservou a maneira já descrita no documento da área e resultados do triênio anterior, e 2) adotou um potencial corretor de estrato para as produções mais citadas no índice H (Google Scholar) de citações, apenas após verificação de inserção em outros critérios para mudança de estrato de periódicos com índices mais altos. A qualificação dos produtos em livros, afetada por uma determinação de priorização do uso da Plataforma Sucupira em detrimento de outros sistemas, adotou um procedimento de honrar essa determinação sujeitando-a ao escrutínio de sensibilidade a questões incluídas no sistema anteriormente usado. Realizada a qualificação, inclui-a nos conteúdos da Sucupira, contribuindo para o aperfeiçoamento da nova plataforma. A qualificação dos produtos áudio-visuais, formalizados como produção a ser incluída para os programas que informam a sua presença, na análise comparativa de produção intelectual, passou por um aperfeiçoamento dos seus instrumentos de coleta e posteriormente pretende adaptar para inclusão na plataforma sucupira das questões mais relevantes.

Seguem aqui as especificações dos procedimentos:

Mesmo reunindo em diálogos num canal aberto no internet e em encontros nacionais com certa informalidade, a reunião única de seminário de acompanhamento ocorreu em 2015 em Brasília e contou com representantes de quase todos os programas. Foram discutidas as formas de registro de informações, a tendência de crescimento e de produção da área no quadriênio até aquela hora, e examinados os itens e indicadores constantes da ficha de avaliação da área. Realizado pouco tempo depois de concretizar a drástica diminuição nos orçamentos disponíveis a cada programa, os presentes no seminário demonstraram, por escrito, o seu repúdio aos cortes, e reivindicaram o retorno aos níveis anteriores e à continuação da tendência anterior de aumento de recursos. Enquanto aos itens, foram anotados uma série de sugestões a ser incorporada para subsidiar a discussão sobre a realização de mudanças no próximo quadriênio, e apenas uma medida modificada no quadriênio atual: ampliação de 54 para 60 meses no tempo julgado como muito bom para terminar

o curso de doutorado, em nome de isonomia de extensão proporcional de tempo com o mestrado e reconhecimento da exigência de tempo para pesquisa de campo e análise e interpretação de dados característica de antropologia e arqueologia. A lista de sugestões para o próximo quadriênio será elaborada após o processo de avaliação quadrienal 2017.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	<p><i>Considera-se que a estrutura curricular deve ter um impacto relevante na constituição temática e teórico-metodológica de seus projetos, linhas de pesquisa e áreas de concentração, contribuindo de maneira decisiva para o desenho da proposta.</i></p> <p>A proposta do programa deve conter observações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">- o histórico de constituição do grupo;- o perfil acadêmico pretendido, coerente com a formação oferecida;- os objetivos precisos, metas já realizadas e a serem alcançadas;- a observância das convenções acadêmicas;- as linhas de pesquisa ajustadas às áreas de concentração do programa e de especialização do corpo docente;- a proposta curricular capaz de proporcionar

		<p>formação teórica e metodológica que contemple bibliografia de referência nacional e estrangeira;</p> <ul style="list-style-type: none"> - a distribuição equilibrada entre disciplinas obrigatórias teóricas e de metodologia, seminários de projetos e disciplinas eletivas de caráter temático. - a articulação entre objetivos, estrutura curricular, projetos e linhas de pesquisa; - os meios físicos e organizacionais para realização dos projetos de investigação, como laboratórios, núcleos de pesquisa, biblioteca etc.; - a produção acadêmica compatível com a com a área de concentração, as linhas e os projetos de pesquisa.
<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	<p>20%</p>	<p><i>São consideradas especialmente estratégias para a realização de projetos de pesquisa com articulação em redes e participação em convênios e editais; estratégias pedagógicas inovadoras e consistentes, assim como o planejamento na gestão do programa e as iniciativas de auto-avaliação.</i></p> <p>O planejamento do programa deve levar em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a identificação dos desafios e as metas necessárias para superá-los; - propostas de mudança estatutária e organizacional; - articulação em redes nacionais e internacionais, mediante convênios e participação em editais; - planejamento de publicações e divulgação de conhecimentos em fóruns acadêmicos;

		<ul style="list-style-type: none"> - processos de auto-avaliação institucional - acompanhamento de egressos mediante cadastro e redes de comunicação; - plano para capacitação e estágios de pós-doutorado para os docentes; - programas eletrônicos para acompanhamento do fluxo dos alunos e de suas atividades.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	40%	<p>A infraestrutura deve oferecer:</p> <ul style="list-style-type: none"> - salas para coordenação e secretaria do programa; - salas de aulas equipadas com recursos audiovisuais e de informática - laboratórios que articulem núcleos, linhas e projetos de pesquisa; - equipamentos de informática e multimídia e acesso à Internet para docentes e discentes incluindo acesso a meios de videoconferências; - biblioteca com acervo clássico e atualizado de livros, periódicos e documentos nacionais e estrangeiros.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	<p><i>O corpo docente deve ser constituído, em sua totalidade, por docentes portadores do título de doutor. A proposta deve contemplar um mínimo de 8 docentes, pertencentes ao núcleo permanente em regime de dedicação integral à IES à qual a proposta está vinculada, para o Mestrado e 8 para o Doutorado. O total de docentes permanentes não deve ser inferior a 70% de todo o corpo docente.</i></p> <p>O corpo docente será avaliado pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> - titulação compatível dos docentes

		<p>permanentes com a proposta do programa;</p> <ul style="list-style-type: none"> - diversificação dos docentes em relação às instituições nas quais se doutoraram; - proporção entre o tempo de Doutorado dos docentes; - proporção de docentes com bolsas de Produtividade em Pesquisa junto ao Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); - proporção de docentes com estágio de pós-doutorado no Brasil e no exterior; - proporção de docentes em coordenação e participação em projetos de pesquisa de âmbito nacional e internacional e em laboratórios e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>30%</p>	<p><i>É esperado que os docentes permanentes participem de projetos de pesquisa, ministrem ao menos uma disciplina por ano no programa e estejam comprometidos com orientação de no mínimo 3 dissertações ou teses.. Será avaliado negativamente neste item, o programa com poucas ou excessivas atividades de pesquisa, de ensino e de orientação , (excetuando-se os recém-doutores e recém admitidos.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - proporção de docentes do corpo permanente com participação em projetos de pesquisa de âmbito nacional e internacional; - proporção de docentes do corpo permanente com responsabilidades na oferta de disciplinas obrigatórias, eletivas e seminários; - proporção de docentes do corpo permanente com orientação de discentes (Mestrado e Doutorado);

		- a partir da média de orientações em realização por docentes do corpo permanente, será aferido o grau de concentração (baixo, médio ou elevado) de orientações por docentes permanentes.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	Média de disciplinas oferecidas pelo programa no triênio por docente do corpo permanente; - distribuição de disciplinas oferecidas entre os docentes permanentes; - média de projetos de pesquisa do programa por docentes do corpo permanente; - distribuição de projetos de pesquisa entre o corpo docente permanente - média de orientandos do programa por docente do corpo permanente; - distribuição do total de orientandos entre os docentes permanentes.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	20%	É valorizada a atribuição de responsabilidade na formação e orientação de alunos em nível de graduação: ministrar disciplinas e orientar projetos de bolsistas de iniciação científica (IC) e/ou trabalhos de conclusão de curso. Indicadores: - proporção de docentes do programa com carga didática na graduação; - proporção de docentes do programa com responsabilidade na orientação em iniciação científica monografias de conclusão de curso e estágio docente.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à	35%	<i>Espera-se equilíbrio entre o número de ingressantes e o número de pós-graduados que concluíram seus cursos, mediante depósito e</i>

<p>dimensão do corpo discente.</p>		<p><i>defesa de seus trabalhos acadêmicos (dissertações ou teses). Dado que o número de ingressantes varia de acordo com os programas, o parâmetro para avaliação será o número médio de titulados/ano, na Área, e seu respectivo desvio-padrão.</i></p> <p>O corpo discente será avaliado pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> - proporção de teses e dissertações defendidas por número médio de discentes no período; - proporção de teses e dissertações defendidas por número de docentes do corpo permanente no quadriênio.
<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p align="center">20%</p>	<p><i>As orientações devem estar distribuídas de modo equitativo entre os docentes do corpo permanente</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - média de orientações de teses e dissertações defendidas por docentes do corpo permanente. - a partir da média, será aferido o grau de concentração (baixo, médio ou elevado) de orientações das teses e dissertações defendidas por docentes permanentes.
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p align="center">35%</p>	<p><i>A qualidade das teses e dissertações é avaliada através de sua publicação e prêmios obtidos.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - produção qualificada de discentes de acordo com o Qualis Periódicos e com os roteiros de classificação de livros e de produtos audiovisuais, dividida pelo número médio de discentes; - quantidade de trabalhos completos e resumos em anais de congressos dos discentes publicados no período, relacionados aos trabalhos acadêmicos; dividida pelo número médio de discentes;

		<ul style="list-style-type: none"> - registro da produção classificada de egressos; - número de teses e dissertações premiadas por associações científicas e instituições de fomento à pesquisa; - número de monografias ou relatórios de graduação premiados por associações científicas e instituições de fomento à pesquisa; - relação dos temas das teses e dissertações com as linhas e os projetos de pesquisa do programa; - diversidade na composição das bancas de defesa das teses e dissertações.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	<p><i>É esperado que o tempo médio para formação de mestres esteja dentro da média da Área para Mestrado (30 meses) e Doutorado (60 meses)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - tempo médio de titulação de mestres e doutores no Programa.
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	<p><i>Espera-se que a produção intelectual dos docentes tenha regularidade, seja bem classificada, expresse os seus temas de pesquisa em suas três modalidades: periódicos, livros e produtos audiovisuais.</i></p> <p>Serão consideradas neste item:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a proporção do conjunto da produção total do Programa, nas suas três modalidades: produção de periódicos ponderada pelo Qualis Periódicos; produção de livros ponderada pelo Roteiro de Classificação de Livros e produção de audiovisuais ponderada pelo Roteiro de Classificação de Produtos Audiovisuais, em relação ao número de docentes permanentes.

		<ul style="list-style-type: none"> - a produção total em periódicos nos estratos A1 e A2 e B1 em relação aos docentes permanentes. -a produção total em livros L4 e L3 em relação aos docentes permanentes. -a produção total em produtos audiovisuais nos estratos AV1 e AV2 em relação aos docentes permanentes.
<p>4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	<p>35%</p>	<p><i>Espera-se que o volume e a qualidade da produção bibliográfica estejam distribuídos de modo equitativo entre os docentes, sendo a concentração em poucos docentes avaliada negativamente.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - média de publicações dos docentes permanentes qualificadas de periódicos, livros e audiovisuais por docente permanente no período; - distribuição da produção qualificada de periódicos, livros e audiovisuais do quadro permanente entre os docentes permanentes. - grau de concentração (baixo, médio ou elevado) da produção bibliográfica qualificada do corpo docente permanente por número de docentes permanentes. -percentual de docentes permanentes do programa com produção acima da mediana
<p>4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>25%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - a proporção de docentes do quadro permanente com modalidades de produção técnica no período; - a proporção de docentes do quadro permanente com publicações técnicas no período (Relatórios, resumos, resenhas, entrevistas publicadas, produção de material didático, paradidático e de divulgação, produção de sites e portais de pesquisa, acervos e bancos de dados)

		<p>- a proporção de docentes do quadro permanente com atividades de produção técnica no período; (editoriais, representativas, de consultoria, organizativas e participativas de eventos, exposições e cursos);</p> <p>a média de publicações técnicas por docente do quadro permanente no período;</p> <p>- o grau de concentração da produção técnica por docente do quadro permanente.</p>
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	0%	Não é relevante separadamente para a área – entrará como produção técnica
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	45%	<p><i>Avalia-se qualitativamente neste item os impactos regional, nacional e internacional, em termos educacional, social, tecnológico e econômico, considerando-se os seguintes aspectos: o intercâmbio de docentes com outras áreas, a participação em cursos de formação permanente para professores e outros profissionais, a formação de recursos humanos para a universidade e centros de pesquisa, a atuação no ensino fundamental e médio, na administração pública, empresas, no terceiro setor e na definição de políticas públicas, a disseminação de técnicas e conhecimentos.</i></p> <p>A inserção social levará em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a relação de intercâmbios firmados para realização de cursos de extensão universitária e os cursos de extensão oferecidos pelo programa; - as iniciativas de cooperação de conhecimento e de técnicas para públicos acadêmicos, e não acadêmicos. - assessoria a projetos de desenvolvimento social, revitalização cultural, preservação ambiental, preservação do patrimônio cultural material e imaterial e implementação

		<p>de políticas públicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - o número de alunos e profissionais beneficiados e formados; - participação em conselhos e entidades nacionais públicas e privadas de interesse social - o impacto no ensino fundamental e médio através de cursos de reciclagem de docentes, formação de discentes, integração de estudantes nas atividades de pesquisa, produção de textos didáticos e paradidáticos voltados para a diversidade cultural das populações.
<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>40%</p>	<p><i>Espera-se que os programas melhor conceituados e consolidados exerçam um papel de liderança e partilha de experiência junto aos novos ou aqueles em fase de reformulação. Este item considera a existência de programas como Minter, Dinter, PQI, INCT, e outras formas de colaboração interinstitucional.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - listagem de intercâmbios firmados entre programas segundo modalidades e fontes de financiamento e fomento. - proporção de docentes integrados nos intercâmbios.
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<p><i>Espera-se que os programas divulguem suas atividades e os procedimentos adotados para seleção e formação de pós-graduandos, de forma transparente a fim de assegurar isonomia para os candidatos a mestres e doutores.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - manutenção de página web do programa com informações atualizadas sobre a proposta e estrutura do Programa, linhas e projetos de pesquisa, financiamentos, produção bibliográfica, corpo docente, processo de seleção, projetos de intercâmbio e disponibilidade;

		<p>- acesso às dissertações e teses, pela web, das teses e dissertações defendidas no programa;</p> <p>- acesso a outros tipos de informações como disciplinas ofertadas no semestre atual e nos anteriores, programas das disciplinas e grupos e laboratórios de pesquisa.</p>
--	--	---

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

Os antropólogos brasileiros, ao lado do estudo da diversidade de sua própria sociedade, e de sua contribuição incessante para as políticas públicas brasileiras, voltam-se cada vez mais com intensidade contínua para o estudo de outros países e continentes. Caminham em mão dupla: buscam a originalidade da pesquisa aqui feita e das pesquisas em culturas da alteridade em outros países, e assim, por essas duas vias, têm conseguido reconhecimento internacional e estabelecido interlocução intensa com pesquisadores internacionais. Arqueólogos dos programas brasileiros de pós-graduação realizam pesquisa não somente em solo brasileiro, mas também em nações latino-americanas, africanas e no solo internacional da Antártida. Antropólogos brasileiros, em 2004 numa Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, deram início ao World Council of Anthropology, entidade que abriga as associações de todos os países que as possuem.

As comunidades antropológica e arqueológica brasileiras despontam e se fazem reconhecidas no cenário internacional pelo aumento de suas publicações em quantidade e qualidade, pelo crescimento de intercâmbio internacional com pesquisadores e centros universitários no exterior, e pela produção de pesquisa de docentes e discentes brasileiros em nações africanas, latino-americanas, asiáticas, europeias e norte-americanas. Os laços de intercâmbio internacional se consolidam pela presença mais longa e contínua de pesquisadores brasileiros e pesquisadores nos sítios de pesquisa.

A efetiva ação de internacionalizar a Área conta com a força e consolidação dos pesquisadores que, a partir dos seus Programas e em articulação entre Programas

de distintas Universidades propõem e organizam relevantes seminários internacionais, com apoio da CAPES e do CNPQ e entidades financiadoras internacionais e estabelecem convênios entre Programas nacionais e estrangeiros. Os pesquisadores dos Programas também propõem Mesas, Simpósios e Painéis internacionais no bojo dos Congressos anuais ou bianuais organizados pelas associações científicas às quais pertencem e fazem parte de suas direções.

Esse crescente intercâmbio também se manifesta em formas de convênios, pesquisas conjuntas, pós-doutorados e doutorados sanduiches em países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Holanda, Espanha e Portugal; na América Latina com o México, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Cuba e Venezuela e em países africanos.

A internacionalização dos programas é medida pelos seguintes critérios:

- a) publicações qualificadas com inserção internacional e em periódicos internacionais;
- b) convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior;
- c) convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras na relação Sul-Sul em que os pesquisadores brasileiros visam implementar a Área em países com pouca consolidação de pesquisa;
- d) programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho;
- e) pesquisas realizadas por docentes e discentes brasileiros nos mais diversos continentes;
- f) estágios de formação pós-doutoral no exterior;
- g) orientação de Doutorados sanduiches no exterior e supervisão de Doutorados completos no exterior;
- h) conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a Área;
- i) promoção crescente de eventos científicos internacionais no país;
- j) prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais);
- k) consultorias a organismos internacionais;
- l) participação em comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais;
- m) redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados;
- n) corpos diretivos de comitês em associações científicas internacionais de grande relevância para a Área;
- o) oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior;
- p) obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais.
- q) grau de atração pelo Programa de estudantes internacionais

r) o incremento de publicações disponíveis em língua estrangeira, preponderada, mas não unicamente, inglês, espanhol e francês. .

Os graus de internacionalização dos Programas podem ser avaliados levando-se em conta a posição de liderança dos seus pesquisadores no âmbito internacional, a articulação internacional dos seus laboratórios de pesquisa e a proporção dos docentes que participam das publicações internacionais, dos convênios e dos intercâmbios internacionais, e da realização de pesquisas e estágios pós-doutorais em reconhecidos centros de produção antropológica e arqueológica.

Os desafios para consolidar os caminhos que estão sendo traçados para que mais programas alcancem formas de inserção internacional, ainda exigiriam políticas públicas, que, além dos incentivos já oferecidos, abrissem a possibilidade de auxílio de financiamento à realização de pesquisa antropológica e arqueológica no exterior e a possibilidade de os programas PROEX e outras fonte de financiamento canalizarem seus recursos, se assim fosse sua proposta, para custeio de passagens ao exterior. Da mesma forma, outro desafio é a publicação bilíngue, especialmente, português e inglês que cada vez mais se torna a língua franca internacional.

A efetiva inserção internacional é um dos requisitos para alcançar as notas mais altas de avaliação na Área.

Para serem elegíveis às notas 6 e 7 os programas devem manifestar em sua atuação uma produção científica com inserção internacional, consolidação e liderança nacional na formação de recursos humanos para a pós-graduação e com inserção e impacto regional e nacional.

A produção científica com inserção internacional compreende a publicação de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos, livros e capítulo de livros qualificados, com destacadas proporções e médias por docente nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis Periódicos e no Roteiro de Classificação de Livros da Área. Em reconhecimento à qualidade da publicação em veículos brasileiros cujas exigências demandam um nível que equivale aos bons veículos estrangeiros, complementa-se a análise de qualidade “internacional” com a proporção de artigos A1 e livros L4.

Mesmo assim, a diferença entre as notas 6 e 7 é alcançada sobretudo por dois critérios: a) proporção do corpo docente com produção científica com inserção internacional e b) média dessa produção bibliográfica por docente ao ano.

A consolidação e a liderança nacional requerem que o corpo docente do programa elegível para as notas 6 e 7 tenha participação em: a) convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior; b) programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho; c) conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a Área; d) promoção de eventos científicos internacionais; e) prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais); f) consultorias a organismos internacionais; g) comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais; h) redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados; i) corpos diretivos de comitês em associações científicas internacionais de grande relevância para a Área; j) oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior; l) estágios de formação pós-doutoral no exterior; m) obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais.

A inserção e o impacto regional e nacional do programa avaliam qualitativamente a capacidade de nucleação e irradiação dos programas elegíveis para as notas 6 e 7, levando-se em conta: a) a capacidade de recrutamento de estudantes de outros estados e países diferentes daqueles em que está situado o programa; b) a presença como docentes de egressos do programa em outros programas do país e do exterior; c) a colaboração com programas de pós-graduação no país e no exterior em processo de consolidação ou reformulação por meio de convênios, programas científicos de cooperação, acolhimento de pesquisadores associados, de estudantes bolsistas; d) a liderança de seus docentes como dirigentes de associações científicas da área e a coordenação de projetos multi-institucionais; e) a participação de seus como membros titulares em conselho e entidades nacionais públicas ou privadas de interesse social; f) a realização de consultorias voltadas à implementação de políticas públicas junto a populações em condição de vulnerabilidade.

Os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação podem ser considerados para obter a nota 6 ou 7 se atendam, necessariamente, a três condições:

- a. **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de

desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

- b. **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).